



# Sindjus

Segunda-feira • 13 de março • Ano VI

## PCS: Assembléias discutem estratégias para aprovação dos dois PLs

O Sindjus realizará, nas próximas semanas, assembléias setoriais em todos os tribunais e órgãos do Ministério Público no DF para discutir estratégias para a aprovação dos projetos de PCS do Judiciário e do MPU (respectivamente, o PL 5845/05 e o PL 6469/05), que tramitam atualmente na Câmara dos Deputados. Os dois projetos passam por um momento de vital importância, que é a fase final de elaboração dos pareceres dos relatores e precisam de acompanhamento constante por parte dos servidores, no convencimento aos parlamentares sobre a necessidade da implantação do PCS para a categoria.

O PCS do Judiciário tramita na comissão de Finanças e Tramitação da Casa e o do MPU, na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Desde o início do ano, mesmo durante o período de

convocação extraordinária do Congresso, o sindicato tem participado de várias reuniões com parlamentares e com os relatores de cada PL (os deputados Gedel Vieira Lima, PMDB-BA, e Henrique Eduardo Alves, PMDB-RN). Mas, conforme deixa claro o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, a aprovação dos dois projetos ainda não está garantida e somente com o empenho da categoria e uma negociação eficiente é que será possível a aprovação dos PCSs.

Conforme já foi dito anteriormente, o momento é estratégico, motivo pelo qual todos os servidores precisam colaborar, acompanhando as reuniões das duas comissões da Câmara, participando das assembléias a serem realizadas nos seus locais de trabalho e atuando no trabalho de convencimento junto aos deputados. Faça a sua parte, mobilize-se! Veja abaixo o calendário de realização das assembléias setoriais.

Data	Órgão	Horário	Local
Terça-feira (14/03)	Sobradinho	13h	Tribunal do Júri
	Planaltina	15h	Sala de Treinamento
	Paranoá	17h	Varanda
	TRE	17h	Auditório
Quarta-feira (15/03)	Samambaia	13h	Sala de reuniões
	Taguatinga	16h	Tribunal do Júri
Quinta-feira (16/03)	Gama	13h	Tribunal do Júri
	Santa Maria	15h	Tribunal do Júri
	STJ/CJF	13h	Sala de Conferência
	TJDFT	16h	No auditório da AMAGIS
Sexta-feira (17/03)	Brazlândia	13h	A confirmar
	MPDFT	14h	Sala de treinamento
	Ceilândia	17h	Plenarinho
	Vara da Infância	17h	Auditório
Segunda-feira (20/03)	TRT	13h30	Auditório Coquejo Costa
Terça-feira (21/03)	TRF/JF	16h	Auditório da JF
Quarta-feira (22/03)	PRDF	13h	Auditório Pedro Jorge
	PRR	15h	Auditório
Quinta-feira (23/03)	TST	13h	Auditório do 5º Andar Bloco A
	STM	16h	Auditório do STM
Sexta-feira (24/03)	Varas Trabalhistas	13h	Entrada do Prédio
	STF	16h	Auditório do Anexo 1
	PGR	17h	Auditório do Bloco F

## Categoria deve encaminhar e-mails aos membros das Comissões de Finanças e do Trabalho

A diretoria do Sindjus convoca todos os servidores para continuarem enviando e-mails aos deputados que integram as comissões parlamentares onde tramitam o PCS do Judiciário e o PCS do MPU, pedindo pela aprovação rápida dos dois projetos. Para isso, basta acessar a página do sindicato na internet.

O Sindjus disponibilizou um modelo de e-mail padrão para os membros das comissões onde tramitam os projetos de uma forma que, quando o servidor encaminha a mensagem, esta é enviada automaticamente para todos os deputados que integram a comissão escolhida.

A correspondência reforçará a união e a força dos servidores e já mostrou que faz efeito, em mobilizações anteriores. Na mensagem, vamos ressaltar que a revisão do PCS é uma luta importante da categoria e que os dois projetos têm por objetivo, reduzir distorções e garantir aos trabalhadores do Judiciário e do MPU, condições necessárias de trabalho.

O sindicato também disponibilizou aos associados, listagem com o nome dos parlamentares das duas comissões, assim como seus telefones e números de fax.

## Mudança nas comissões da Câmara

A Câmara dos Deputados realiza amanhã (quarta-feira, 15/03), eleições para renovação das suas comissões técnicas parlamentares. Sendo assim, a partir da próxima semana, tanto a comissão de Finanças e Tributação como a comissão de Trabalho - onde tramitam os projetos referentes aos dois PCSs da categoria - passam a ter novos presidentes.

O Sindjus conversou na última semana com o atual presidente da comissão de Finanças, considerada uma das mais estratégicas para a apreciação do PCS do Judiciário na Câmara, o deputado Gedel Vieira Lima (PMDB-BA). Vieira Lima, que é também relator

do PL 5845/05 (o do PCS do Judiciário), disse que apesar de deixar a presidência, não sairá da comissão e continuará na relatoria do projeto.

Segundo ele, o novo presidente da comissão de Finanças deverá ser alguém do PMDB, portanto, vinculado a ele. O relator, no entanto, deixou claro: pessoalmente, é favorável à proposta do PCS, mas isso não garante a aprovação do PL. Segundo afirmou ele, é preciso que cada um faça a sua parte, contactando os demais deputados e argumentando junto aos membros da comissão a necessidade de aprovação do projeto.

## Sindicato reúne músicos

Na próxima quinta-feira (16/03), às 19h, acontece mais uma reunião da diretoria do Sindjus com os músicos, intérpretes, arranjadores e compositores que integram a carreira do Judiciário e do MPU. A reunião é uma continuação do encontro realizado em fevereiro e tem o objetivo de definir propostas de novas ações do sindicato no sentido de proporcionar maior valorização dos talentos destes artistas.

No último encontro, o grupo recebeu informações sobre o festival da canção da CUT - o CantaCUT - e fez uma avaliação de ações que podem vir a ser implementadas pelo Sindjus na área artística. Ficou acertado, inclusive, que o sindicato vai elaborar um cadastro com o

nome de todos estes artistas.

O Sindjus tem procurado incentivar os servidores que, fora do horário de trabalho, realizam alguma atividade artística e cultural. Se você é um destes, participe da reunião. Contribua com novas propostas do sindicato para a área.

**Reunião com músicos que integram a categoria**

**Local: Sede do Sindjus - SDS, Ed. Venâncio V, sala 111**

**Data: quinta-feira (16/03)**

**Horário: 19h**

## Sindjus defende, no CNJ, legalidade da jornada nos tribunais

O Sindjus defendeu mais uma vez, na última semana, a legalidade da redução de jornada de trabalho nos tribunais. É que o Ministério Público Federal ingressou com procedimentos de controle administrativo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra resoluções de vários tribunais que reduziram a jornada de trabalho dos seus servidores, pedindo que esses atos fossem desfeitos ou então que a remuneração fosse reduzida proporcionalmente.

O Sindjus entrevistou nesses procedimentos, demonstrando que, por força do que prevê a Constituição Federal de 1988 (ou a Lei nº 8112/90), bem como pela valorização dos servidores e da produtividade dos tribunais, não há qualquer

inconstitucionalidade ou ilegalidade nas resoluções impugnadas pelo MPF.

Conforme o documento encaminhado pelo sindicato, cabe à discricionariedade do Administrador a escolha da melhor jornada entre o mínimo de 6 e o máximo de 8 horas diárias, sendo que deve ser observada também a evolução do contexto tecnológico, que torna a produção individual maior, em menor tempo, porém causa sobrecarga e desgaste. A redução de jornada adotada resulta em uma prestação de serviço público mais eficiente.

Além disso, a jornada tem o mérito de permitir a ampliação do horário de atendimento dos tribunais, quando necessário.